PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Secretaria-Geral

REUNIÃO	
Tema	Audiência Pública na Comarca Sede de Itumbiara, abrangendo as Comarcas da 4ª Região Judiciária (Bom Jesus, Buriti Alegre, Goiatuba, Joviânia, Morrinhos e Pontalina)
Data e Hora	05/02/2026, 16h50
Local	Comarca Polo/Sede de Itumbiara
PROAD	
Participantes	Dra. Soraya Fagury Brito – 3ª Juíza Auxiliar da Corregedoria. Dra. Evelyn Valente – presidente da ARPEN (Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de Goiás). Dr. Naurican Ludovido Lacerda – presidente do IRTDPJ (neste evento representa também o IEPTB, bem como a ATC). Dr. César Luiz – presidente do CNB (Colégio Notarial do Brasil, Seção Goiás). Dr. Bruno Quintiliano – presidente da ANOREG, também representando o SINOREG. Dr. Eduardo Rodrigues Jacob – titular do cartório de Ofício Único de Caturai, representando o RIB (Registro de Imóveis do Brasil). Dr. Carlos Rogério – titular do cartório de Registro de Imóveis de Caiapônia.

DELIBERAÇÕES

1. A Dra. Soraya abriu a pauta e assumiu a condução dos trabalhos, diante da ausência temporária do Desembargador Anderson, que participava de reunião institucional com o Juiz Auxiliar Dr. Társio. Apresentou exposição sobre o Operador Nacional de Registro Público – ONR, com destaque à atuação da Corregedoria em parceria com a ARPEN, especialmente quanto às cargas do CRC e aos serviços extrajudiciais. Informou a criação de PROADs individuais para acompanhamento das exigências, iniciados pelo SREI, e registrou redução significativa de Serventias em atraso, de 111 para 28, sem pendências na 4ª Região. Ressaltou a necessidade de regularidade das contribuições ao FIC, conforme orientação do Corregedor Nacional, Ministro Mauro Campbell, e alertou para atenção às notificações, a fim de evitar inadimplemento reiterado e repercussões disciplinares. Abordou dificuldades operacionais do CRC, como duplicidade de livros e entraves sistêmicos, e afirmou que a Corregedoria e a ARPEN permanecem à

Assinado digitalmente por: ANDERSON MÁXIMO DE HOLANDA, CORREGEDOR DO FORO EXTRAJUDICIAL; e outros, em 09/03/2026 às 19:02.
Para validar este documento informe o código 12222735 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

disposição para suporte e eventual encaminhamento ao CNJ. Registrou o cumprimento, pela 4ª Região, das cargas fixadas pelo CNJ relativas ao período de 1995 a 2023. Tratou ainda do SIRC, com referência a ofício circular sobre prazos de comunicação de óbitos, conforme demanda do TCU e do INSS, e do Provimento nº 195, relativo ao inventário eletrônico e ao georreferenciamento, com prazo de 48 meses e abertura de PROAD para capacitação dos registradores de imóveis do Estado de Goiás.

2. O Dr. Eduardo Rodrigues apresentou exposição sobre eficiência, tecnologia e foco no cidadão nos serviços extrajudiciais, com ênfase no diálogo técnico como instrumento de melhoria institucional. Ressaltou o papel das Serventias na segurança jurídica e na cidadania, bem como a importância da eficiência operacional e da atenção às demandas do usuário. Tratou da atuação do titular como gestor de pessoas, processos, riscos e tecnologia, com destaque à capacitação da equipe e à organização de rotinas. Abordou conceitos de Qualidade Total e Toyotismo, com foco na execução correta desde a origem e na clareza das exigências. Por fim, mencionou o uso da inteligência artificial como ferramenta de apoio, com revisão humana obrigatória, observância à Lei Geral de Proteção de Dados e prioridade à qualidade do serviço.
3. O Dr. Carlos Rogério tratou de gestão de pessoas e processos, com foco na realidade das serventias do interior. Relatou limitações estruturais e a decisão pela construção de nova sede, bem como a carência de formação específica na graduação em Direito e de profissionais qualificados, e ressaltou a responsabilidade do titular pela capacitação de talentos. Enfatizou a relevância de missão, visão e valores, a existência de política interna com manual de ética e condutas, a valorização da diversidade e a escuta da equipe. Por fim, abordou a gestão de processos, com revisão de rotinas, definição de indicadores, uso de tecnologia em tarefas operacionais e atenção à qualidade física das serventias, conforme orientações do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.
4. A Dra. Evelyn Valente ressaltou a produtividade dos Encontros Regionais e a

Assinado digitalmente por: ANDERSON MÁXIMO DE HOLANDA, CORREGEDOR DO FORO EXTRAJUDICIAL; e outros, em 09/03/2026 às 19:02.
Para validar este documento informe o código 12222735 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

parceria institucional com a Corregedoria. Informou capacitação com o Operador Nacional do Registro Civil, prevista para 11 de março, voltada a titulares e equipes, com temas atuais. Parabenizou a região pelo cumprimento das cargas, destacou a regularidade do FIC, reforçou o prazo de 24 horas para envio ao SIRC e registrou o bom desempenho de Goiás na emissão de certidões. Comunicou o envio do kit anual da ARPEN-GO, com tabela em Braille, áudio de emolumentos e crachás para atendimento prioritário a pessoas com TEA, além de apoio às ações sociais.

5. O Dr. Eduardo Rodrigues, pelo Registro de Imóveis do Brasil, reafirmou o compromisso com os prazos fixados pela Corregedoria para inserção de dados no SIG, com reflexos na atualização do IR. Informou estudo para integração entre o SIGEF e o mapa do Registro de Imóveis, com objetivo de reduzir retrabalho, e destacou o esforço dos registros do Estado de Goiás, por meio de organização interna e capacitação das equipes, para cumprimento das metas e obrigações previstas nos provimentos aplicáveis.
6. O Dr. Cesar Luis, apresentou informe sobre iniciativas institucionais, com destaque para as Oficinas Notariais, plataforma de orientação voltada a novos procedimentos do CNJ e da Corregedoria, e para a necessidade de cadastro dos tabeliães no site oficial. Comunicou o lançamento da ferramenta IANOT, ressaltou a exigência de análise criteriosa e revisão técnica pelo tabelião, alertou para riscos no uso de malotes digitais e para a circulação de documentos falsos, e destacou convênios que permitem acesso a bases biométricas de institutos de identificação e do sistema eleitoral, com pesquisa por nome e avaliação de uso do CPF.
7. O Dr. Bruno Quintiliano ressaltou a retomada da atuação conjunta entre as entidades e o início de novo ciclo de união institucional. Apresentou o SINOREG-GO como gestor do fundo de ressarcimento dos atos gratuitos, nos termos da Lei Estadual nº 19.191, com apoio às Serventias deficitárias e ao Registro Civil. Informou ações sociais com apoio financeiro a entidades selecionadas, comunicou a reorganização administrativa da ANOREG-GO,

Assinado digitalmente por: ANDERSON MÁXIMO DE HOLANDA, CORREGEDOR DO FORO EXTRAJUDICIAL; e outros, em 09/03/2026 às 19:02.
Para validar este documento informe o código 12222735 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

com nova diretoria, e mencionou a previsão de congressos nacionais no segundo semestre, além de incentivar a associação à entidade.

8. O Dr. Naurican apontou dificuldades da atividade de protesto no Estado, em razão da interrupção do SERASA, com impacto relevante no setor. Defendeu celeridade em projeto de lei para redução do valor das certidões, informou renúncia parcial de valores por alguns titulares e ressaltou a importância do apoio da Corregedoria-Geral da Justiça. Mencionou soluções técnicas previstas no Provimento nº 195 e alertou para cautela no uso de novas ferramentas, com vedação à inserção de dados pessoais em sistemas privados.
9. O Desembargador Anderson Máximo em suas considerações finais, ressaltou a relevância do Encontro como espaço de troca institucional e de valorização da atividade extrajudicial e destacou a parceria entre a Corregedoria e as entidades representativas. Fez referência à ARPEN-GO e à pauta social ligada ao atendimento prioritário, em especial às pessoas com deficiência. Enfatizou a atuação responsável nos atos extrajudiciais, com respeito à vontade das partes e atenção à prevenção da violência patrimonial, conforme reflexões da Dra. Sabrina e da Dra. Soraya. Assinalou que os atos normativos editados constituem base inicial, cuja efetividade depende do compromisso coletivo.

CONCLUSÃO

Todos os temas foram debatidos entre os presentes, com esclarecimento das dúvidas apresentadas. Ao final, o Desembargador Anderson Máximo de Holanda registrou agradecimentos pela participação, ocasião em que os trabalhos foram encerrados às 18h42, com registro fotográfico.

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Desembargador Anderson Máximo de Holanda
Corregedor do Foro Extrajudicial

Dra. Soraya Fagury Brito
3ª Juíza Auxilar da Corregedoria

Dr. Társio Ricardo de Oliveira

Assinado digitalmente por: ANDERSON MÁXIMO DE HOLANDA, CORREGEDOR DO FORO EXTRAJUDICIAL; e outros, em 09/03/2026 às 19:02.
Para validar este documento informe o código 12222735 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Secretaria-Geral

4° Juiz Auxiliar da Corregedoria
Clécio Silva Marquez
Diretor da Diretoria de Planejamentos e Programas da CGJ

Jurandir Cardoso de Oliveira Júnior
Assessor Jurídico da Corregedoria do Foro Extrajudicial

Sérgio Dias dos Santos Júnior
Diretor de Correição e Serviços de Apoio da CGJ

Kenedy Augusto Batista Pereira Mendes
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Assinado digitalmente por: ANDERSON MÁXIMO DE HOLANDA, CORREGEDOR DO FORO EXTRAJUDICIAL; e outros, em 09/03/2026 às 19:02.
Para validar este documento informe o código 12222735 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Para validar este documento informe o código 12222735 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

Nº Processo PROAD: 202603000723638 (Evento nº 13)

ANDERSON MÁXIMO DE HOLANDA
CORREGEDOR DO FORO EXTRAJUDICIAL
CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL
Assinatura CONFIRMADA em 09/03/2026 às 19:02

SORAYA FAGURY BRITO
JUIZ DE DIREITO
3ª JUÍZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Assinatura CONFIRMADA em 09/03/2026 às 13:06

Tarsio Ricardo de Oliveira Freitas
JUIZ DE DIREITO
4º JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Assinatura CONFIRMADA em 10/03/2026 às 22:24

CLECIO SILVA MARQUEZ
DIRETOR(A) DE ÁREA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAS DA CGJ
Assinatura CONFIRMADA em 10/03/2026 às 17:38

JURANDIR CARDOSO DE OLIVEIRA JUNIOR
ASSESSOR(A) JURÍDICO(A) DE DESEMBARGADOR(A)
CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL
Assinatura CONFIRMADA em 09/03/2026 às 17:51

SÉRGIO DIAS DOS SANTOS JUNIOR
DIRETOR (A) DE CORREICAO E SERVICOS DE APOIO
DIRETORIA DE CORREICAO E SERVIÇOS DE APOIO DA CGJ
Assinatura CONFIRMADA em 09/03/2026 às 12:41

KENEDY AUGUSTO BATISTA PEREIRA MENDES
ESCREVENTE JUDICIÁRIO II
SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DA CGJ
Assinatura CONFIRMADA em 09/03/2026 às 12:14

Ata do Encontro Regional da CGJ – Biênio 2025-2026

Tema	Audiência Pública na Comarca Polo/Sede de Itumbiara, abrangendo as Comarcas da 9ª Região Judiciária (Bom Jesus, Buriti Alegre, Goiatuba, Joviânia, Morrinhos e Pontalina)
Data e hora	06/02/2026 08h13min (Reunião Reservada da CGJGO com Servidores) e 13h45min (Audiência Pública)
Local	Comarca de Itumbiara
Secretários	Karen Macedo Vilela Moraes Calil e Isabella Torres Morais
Participantes da mesa diretora	**Reunião Reservada com os Servidores** Composição da mesa diretiva: Desembargador Leandro Crispim – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás; Desembargador Marcus da Costa Ferreira – Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás; Desembargador Anderson Máximo de Holanda – Corregedor do Foro Extrajudicial do Estado de Goiás; Desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis – Ouvidora do Poder Judiciário do Estado de Goiás; Dr. Gustavo Assis Garcia – Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça; Dr. Reinaldo de Oliveira Dutra – Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça; Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira – 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça. Dr. Társio Ricardo de Oliveira Freitas – 4° Juiz Auxiliar da Corregedoria, que também coordena a área do Foro Extrajudicial neste Encontro. Dra. Vanessa Estrela Guedes – 1ª Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça. Dra. Soraya Fagury Brito – 3ª Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça. Sr. Fabrício Duarte – Presidente do SINDJUSTIÇA. **Audiência Pública Externa** Composição da mesa diretiva: Desembargador Marcus da Costa Ferreira – Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás; Desembargador Anderson Máximo de Holanda

Assinado digitalmente por: Marcus Vinícius Alves de Oliveira, JUIZ DE DIREITO; e outros, em 09/03/2026 às 18:19.
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

	– Corregedor do Foro Extrajudicial do Estado de Goiás; Desembargador José Paganucci Júnior – Desembargador do TJGO; Dr. Gustavo Assis Garcia – Juiz Auxiliar da Presidência (representando o Desembargador Leandro Crispim); Dr. Guilherme Sarri Carreira – Juiz de Direito e Diretor do Foro de Itumbiara; Sr. Dione José Araújo – Prefeito Municipal de Itumbiara; Desembargador Fernando Melo Xavier – Desembargador do TJGO; Desembargador Nicomedes Domingos Borges – Desembargador aposentado do TJGO; Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira – 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Coordenador do Programa Encontros Regionais; Dr. Társio Ricardo de Oliveira Freitas – 4° Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça; Dra. Vanessa Estrela Guedes – 1ª Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça; Dr. Cláudio Prata Santos – Promotor de Justiça e Coordenador das Promotorias de Itumbiara; Tenente-Coronel Rafael Carmo – Comandante Regional da Polícia Militar; Desembargador Altair Guerra – Desembargador do TJGO; Dr. Rodrigo Alves da Silva Barbosa – Presidente da Subseção da OAB de Itumbiara.
Participantes da plateia	Lista de Presença Anexa

Assinado digitalmente por: Marcus Vinícius Alves de Oliveira, JUIZ DE DIREITO; e outros, em 09/03/2026 às 18:19.
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL

Quarta-Feira (04/02/2026):

● Abertura Oficial do Encontro Regional

● Painel 1 – Tema: "Vozes contra o assédio" (Foros Judicial e Extrajudicial) Divisão de Inteligência Institucional do TJGO / Coordenadoria da Mulher do TJGO / Coordenadoria da Infância e Juventude do TJGO / Sexênio 2027-2032 (DPI/TJGO)/ GMF – Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Cartorário e Socioeducativo

● Painel 2 – Tema: Inteligência Artificial

● Painel 3 – Tema: Jurisprudência Administrativa

● Painel 4 – Introdução e Painel COGEX; "Corregedoria Extrajudicial: Diretrizes e Perspectivas para os Serviços Notariais e Registrais" - Desembargador Anderson Máximo de Holanda

● Painel 5 – Tema: Proad: Exposição Prática sobre o Uso das Ferramentas "Comunicação" e "Em Diligência"

● Painel 6 – Tema: Manual de Rotinas do Foro Extrajudicial

● Painel 7 – Tema: Provimento COGEX n° 175/2025; Orientações sobre a utilização de mídias sociais e publicidade institucional

● Painel 8 – Tema: Acessibilidade nos Cartórios Extrajudiciais

Quinta-Feira (05/02/2026):

Período matutino

● Painel 9 – Tema: SIGESCON (CGJGO)

● Painel 10 – Tema: Novos Direitos – Desembargador Marcus da Costa Ferreira (Corregedor-Geral da Justiça)

● Painel 11 – Tema: Gestão de Unidade Judiciária

● Painel 12 – Conexão TI: Facilitando processos, fortalecendo resultados (Presidência do TJGO)

Período vespertino:

● Programas e Ações da COGEX; Questões Fundiárias: Novas Perspectivas – Desembargador Anderson Máximo de Holanda (Corregedor do Foro Extrajudicial)

● "Programa RegularizAÇÃO" - Provimento Conjunto n° 22/2025 e Adesão dos Municípios

● Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Mora, do Assédio Sexual e da Discriminação de 1° Grau

Assinado digitalmente por: Marcus Vinícius Alves de Oliveira, JUIZ DE DIREITO; e outros, em 09/03/2026 às 18:19.
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

● Prevenção e Enfrentamento da Violência Patrimonial Contra Mulheres no Âmbito das Serventias Extrajudiciais

● Sistemas ONR (Provimento CNJ n° 195/2025)

● Boas Práticas Cartorárias

● Painel e Palavra dos Representantes das Entidades Associativas do Foro Extrajudicial

Sexta-Feira (06/02/2026):

Reuniões:

● Reunião Reservada da CGJGO e COGEX com Servidores(as) e a participação da Presidência do TJGO e da Ouvidoria do Poder Judiciário

● Reunião Reservada da CGJGO e COGEX com Magistrados(as) e participação da Presidência do TJGO e da Ouvidoria do Poder Judiciário

● Audiência Pública da CGJGO e COGEX na Comarca Sede de Itumbiara

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO INTERNA COM SERVIDORES

1. O Desembargador Leandro Crispim saudou os presentes e manifestou satisfação com a visita institucional à 4ª Região, em Itumbiara, com referência à continuidade das ações administrativas iniciadas em período anterior. Esclareceu que a escolha da Unidade decorreu de critério circunstancial, informou que a reunião teria caráter objetivo, agradeceu a acolhida, reconheceu o trabalho realizado no primeiro ano de gestão, parabenizou a atuação da Região e colocou a Presidência à disposição para diálogo institucional, com foco no planejamento das ações do Poder Judiciário Goiano para o exercício de 2026.
2. O Desembargador Marcus da Costa Ferreira registrou que o Encontro Regional alcançava o terceiro dia, com resultados positivos oriundos do diálogo institucional. Assinalou que a reunião teve como finalidade a escuta das demandas de Magistrados e Servidores, em ambiente de coleguismo, reafirmou o compromisso da Corregedoria com soluções viáveis e ressaltou que sugestões apresentadas em encontros anteriores já integraram a administração, com reflexos na rotina das Unidades.
3. O Desembargador Anderson Máximo de Holanda agradeceu a participação no Encontro Regional e apresentou a Corregedoria do Foro Extrajudicial como Unidade recente do Tribunal de Justiça, já com resultados relevantes para a sociedade. Destacou a atenção do Poder Judiciário à área extrajudicial, citou atividades do encontro voltadas à violência patrimonial, ao assédio nas Serventias e à nova metodologia dos sistemas, e ressaltou a

Assinado digitalmente por: Marcus Vinícius Alves de Oliveira, JUIZ DE DIREITO; e outros, em 09/03/2026 às 18:19.
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

importância da atuação das serventias. Informou que o Estado de Goiás possui 504 Serventias e que parcela significativa das demandas do CNJ se relaciona ao foro extrajudicial, conforme informação do Ministro Mauro Campbell.

4. A Desembargadora Sandra Teodoro, ressaltou a função da Ouvidoria como canal permanente de escuta, aberto ao recebimento de sugestões, elogios e reclamações. Destacou o compromisso com a análise individualizada das manifestações recebidas e com a busca de soluções adequadas às demandas apresentadas.
5. Durante a sessão, foram exibidos dois vídeos sobre o Comitê Orçamentário. Em um deles, o Juiz Fabiano Abel apresentou as atribuições do Comitê, previstas na Resolução nº 552/2024 do CNJ e no Regimento Interno do TJGO, com apoio à gestão na proposição e priorização de políticas orçamentárias, participação em reuniões regionais e oferta de informações estratégicas para orientar investimentos de forma eficiente e transparente. A Juíza Flávia Baruk esclareceu que o Comitê foi criado pelo CNJ para fortalecer o diálogo entre o Primeiro Grau e a Administração do Tribunal, com envio de prioridades e sugestões por magistrados e servidores, além de apresentar formulário eletrônico, via QR Code, para recebimento de demandas e propostas.
6. O Sr. Clécio Marques explicou a organização das manifestações no encontro e informou que os servidores poderiam se inscrever para falar presencialmente ou pelo canal online, seguindo uma lista de ordem de inscrição para garantir a participação de todos.
7. Dando início às manifestações, o Sr. Fabrício Duarte cumprimentou a mesa diretiva, os Servidores da Administração do Tribunal de Justiça e as Representantes da Comarca de Itumbiara, com menção à expressiva participação feminina. Informou se tratar de sua última manifestação no Encontro Regional como Presidente do SINDJUSTIÇA e agradeceu à categoria pela confiança, com referência às deliberações em Assembleias e às conquistas obtidas por meio do diálogo institucional. Agradeceu à Corregedoria-Geral da Justiça e aos Juízes Auxiliares pela atenção às demandas da entidade sindical, especialmente quanto ao assédio no ambiente de trabalho. Ressaltou a necessidade de normatização do Estatuto da categoria e de atenção aos Servidores de Comarcas desinstaladas, quanto às condições estruturais, à segurança e ao equilíbrio emocional. Ao final, reconheceu a parceria institucional ao longo dos anos e agradeceu a todos.
8. O Dr. Moisés Bento cumprimentou a mesa diretiva, Magistrados e Servidores e ressaltou o Encontro como espaço de diálogo com a administração do Poder Judiciário. Informou que as demandas da categoria já se encontravam sob ciência da Presidência e parabenizou o

Assinado digitalmente por: Marcus Vinícius Alves de Oliveira, JUIZ DE DIREITO; e outros, em 09/03/2026 às 18:19.
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

Desembargador Leandro Crispim pela atuação em período de restrições orçamentárias, com referência ao diálogo que viabilizou o pagamento do Prêmio Diamante. Ressaltou a aprovação do Estatuto dos Servidores e alertou para a defasagem do quadro de Oficiais de Justiça, em razão do longo intervalo sem concurso e da elevada carga de trabalho. Citou comparativo com o Estado de Santa Catarina, com maior número de Oficiais de Justiça e menor extensão territorial, e solicitou atenção à recomposição do quadro, sobretudo diante do elevado número de medidas protetivas no Estado de Goiás. Ao final, reconheceu a atuação das entidades representativas, parabenizou Fabrício Duarte pela trajetória no SINDJUSTIÇA e agradeceu a todos.

9. O Desembargador Leandro Crispim destacou a trajetória do Sr. Fabrício Duarte no movimento sindical e as conquistas do período, com menção à aprovação de duas leis relevantes para os Servidores e para o Tribunal, o parabenizando e desejando êxito à nova gestão. Em relação ao Dr. Moisés Bento, manifestou apoio ao início da gestão e afirmou disposição para atuação conjunta. Informou a previsão de nomeação de dois ou três Oficiais de Justiça e a ampliação do quadro por transformação de cargos em razão de vacâncias, reconheceu sobrecarga em algumas Unidades e ressaltou as limitações orçamentárias do Estado.
10. O Desembargador Marcus da Costa parabenizou o Sr. Fabrício Duarte pela atuação à frente do SINDJUSTIÇA e pelas conquistas em favor dos Servidores. Destacou que o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás apresenta boas condições de trabalho e remuneração, como resultado da atuação conjunta da administração e das entidades representativas. Em relação ao Dr. Moisés Bento, reconheceu a contribuição com apontamentos relevantes e informou que demandas seguem sob análise, ressaltando as limitações orçamentárias e o empenho institucional na busca de soluções.
11. O Desembargador Leandro Crispim apresentou contraponto a dados de outros estados e informou que Santa Catarina possui cerca de 1.115.000 processos, enquanto Goiás registra aproximadamente 730.000, o que representa acervo superior a 40% naquele estado. Ressaltou que o cenário atual não é ideal, mas afirmou a intenção da administração de promover melhorias e aprimorar a estrutura do Judiciário goiano.
12. O Desembargador Marcus da Costa prestou orientações aos servidores voltadas à prevenção de irregularidades e à qualificação da prestação jurisdicional. Alertou para a vedação de restrição artificial de conclusões processuais para fins estatísticos e orientou que processos aptos à conclusão sejam encaminhados, salvo ordem formal do magistrado,

Assinado digitalmente por: Marcus Vinícius Alves de Oliveira, JUIZ DE DIREITO; e outros, em 09/03/2026 às 18:19.
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

como forma de evitar distorções e resguardar a responsabilidade funcional. Ressaltou a prioridade de atos com impacto direto na vida das partes, como a expedição de alvarás, com observância da ordem legal e do bom senso, e enfatizou o cuidado na expedição de alvarás e mandados de prisão, bem como no correto registro nos sistemas do CNJ. Advertiu sobre a segurança no uso de senhas institucionais e informou a capacitação de dois servidores por comarca para atuação em depoimentos especiais, com apoio da Escola Judicial. Ao final, convidou os presentes à manifestação e ao diálogo.

13. A servidora Patrícia Fernandes registrou elogio à equipe de Goiânia pelo trabalho de excelência e destacou, também, o apoio prestado pela equipe da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, na pessoa do Sr. Rogério, oriunda de Caldas Novas, pela atuação célere e eficiente diante das demandas estruturais da unidade. Por fim, solicitou manifestação da Presidência acerca da reforma do prédio e da situação dos elevadores.
14. O Desembargador Leandro Crispim, esclareceu que os temas relativos à reforma do prédio e aos elevadores são objeto de procedimentos administrativos próprios, identificados pelos PROADs nº 399062 e nº 483872. Informou que o Tribunal possui atualmente mais de 90 obras em curso e que, em razão das condições estruturais do prédio de Itumbiara se apresentarem adequadas, há prioridade para Unidades em situação mais crítica, sem prejuízo da futura realização da reforma local. Quanto aos elevadores, solicitou manifestação do Dr. Gustavo para tratar especificamente da demanda.
15. O Dr. Gustavo Assis informou que o Tribunal adquiriu oito elevadores, com investimento superior a dois milhões de reais, destinados às Comarcas de Luziânia, Rio Verde e Itumbiara. Comunicou que houve descumprimento do prazo contratual por parte da empresa fornecedora, já notificada para apresentação de justificativa. Esclareceu que a instalação ocorrerá de forma gradual, com substituição individual dos equipamentos, e que o Tribunal adotou as providências administrativas cabíveis para solução da demanda.
16. A Servidora Patrícia Fernandes relatou déficit de Servidores na comarca e informou que será enviado ofício à Presidência, com pedido de reforço do quadro, inclusive com estagiários, diante do alto volume de trabalho. Indicou situação crítica no NUPEMEC, após alteração normativa que suprimiu atribuições antes exercidas por secretários, o que gerou sobrecarga e necessidade urgente de apoio. Por fim, mencionou questionamentos de trabalhadores terceirizados sobre o pagamento do Prêmio Diamante e solicitou avaliação acerca da possível extensão do benefício aos participantes do esforço coletivo.
17. O Desembargador Leandro Crispim, esclareceu que não há pagamento do Prêmio

Assinado digitalmente por: Marcus Vinícius Alves de Oliveira, JUIZ DE DIREITO; e outros, em 09/03/2026 às 18:19.
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

Diamante a trabalhadores Terceirizados por ausência de base legal, uma vez que tais profissionais se vinculam a empresas contratadas, sob regime celetista, distinto do regime dos Servidores. Quanto ao pleito de reforço do quadro funcional, informou que há procedimento administrativo em curso e que a demanda será avaliada pela Diretoria de Gestão de Pessoas, com verificação da real necessidade da Comarca e da adequada alocação de Servidores entre as Unidades, a fim de apurar se a situação decorre de ajuste administrativo ou de necessidade efetiva de ampliação do quadro.

18. O Dr. Reinaldo Dutra solicitou que os interessados o procurem após a reunião para esclarecimentos sobre a situação relacionada à gestão dos Conciliadores e ao NUPEMEC, com o objetivo de viabilizar a análise de alternativas adequadas. Esclareceu que a condução das audiências compete aos Conciliadores, não se estendendo tal atribuição aos Secretários, conforme o contrato vigente, e manifestou disponibilidade para colaborar na busca da solução mais adequada.
19. A servidora Janaína, Analista da Comarca de Itumbiara, sugeriu a inclusão de breve momento de reflexão sobre empatia em encontros institucionais. Questionou a ausência de acesso prévio ao contracheque, solicitou esclarecimentos sobre o período de referência do Prêmio Diamante e eventual novo pagamento e pediu informações sobre a normatização do Estatuto, em especial quanto à devolução de dias de férias não usufruídas.
20. A Desembargadora Sandra Teodoro, destacou que a Ouvidoria atua como canal de encaminhamento de elogios, sugestões e reclamações aos setores competentes. Esclareceu que os questionamentos relativos ao contracheque, férias, prêmio e Estatuto não se inserem na competência da Ouvidoria, razão pela qual tais matérias foram encaminhadas à Presidência, com posterior retorno aos interessados após manifestação administrativa.
21. O Desembargador Marcus da Costa registrou a iniciativa inédita da Presidência, que institui vaga específica, de número 49, em todos os Fóruns do Estado de Goiás, destinada a pessoas autistas. Assinalou que a medida reconhece as dificuldades enfrentadas por famílias de pessoas com autismo e garante tratamento igualitário às demais pessoas com necessidades especiais. Informou que a deliberação já possui anuência da Presidência e reflete o compromisso do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás com inclusão, acessibilidade e respeito aos direitos dos cidadãos.
22. O Desembargador Leandro Crispim esclareceu que o contracheque é disponibilizado após a folha de pagamento, por exigência procedimental, e informou que avaliará com a equipe

Assinado digitalmente por: Marcus Vinícius Alves de Oliveira, JUIZ DE DIREITO; e outros, em 09/03/2026 às 18:19.
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

técnica a possibilidade de liberação em prazo anterior. Comunicou que a regulamentação das leis relativas às férias está em fase final de análise pela Diretoria de Gestão de Pessoas e que a Comissão do Estatuto seguirá ativa para tratar das lacunas remanescentes. Por fim, registrou que o Tribunal é tricampeão do Selo Diamante de Transparência e reafirmou o esforço institucional para viabilizar o pagamento do prêmio ao final do exercício, conforme limites legais e orçamentários.

23. A Desembargadora Sandra Teodoro reforçou que processos aptos à conclusão não podem permanecer em Escrivania, mesmo por orientação judicial. Relatou que reclamações já chegaram à Ouvidoria e foram encaminhadas à Corregedoria, com adoção de providências. Esclareceu que manifestações podem ocorrer via Ouvidoria, inclusive de forma anônima, com orientação aos servidores sobre os canais oficiais.
24. A servidora Lorena, da 2ª Vara Cível de Itumbiara, questionou a Presidência sobre a nomeação de novos Servidores para os cargos de Analista Judiciário, áreas Judiciária e de Apoio, diante da carência de pessoal. Mencionou o término próximo da validade do concurso, dados do Portal da Transparência sobre cargos vagos e a previsão orçamentária para admissão. Questionou, ainda, a aplicação da lei de reestruturação que direciona cargos para a área de tecnologia da informação, quanto à preservação das vagas existentes e ao momento de sua aplicação.
25. O Desembargador Leandro Crispim informou a existência de vaga para nomeação imediata, com posse autorizada para a semana atual. Esclareceu que a lei de reestruturação promoveu a transformação de cargos para a área de tecnologia da informação, em razão de apontamento do CNJ que indicou déficit aproximado de 100 servidores nesse setor. Registrou que 39 cargos foram alocados à área de TI e que as nomeações ocorrerão dentro do prazo de validade do concurso, já prorrogado, conforme a disponibilidade orçamentária. Assinalou que novas nomeações para outras áreas dependerão de orçamento específico.
26. O servidor Francisco de Assis, da 1ª Vara Cível de Itumbiara, destacou dificuldades no acesso às informações que subsidiam as atividades das Unidades, diante da frequência de alterações normativas e de atualizações nos sistemas. Apontou que os conteúdos existentes se encontram dispersos e de difícil localização, o que compromete a compreensão das mudanças e o repasse de orientações a Advogados e Jurisdicionados. Como sugestão, propôs a melhoria da organização e da acessibilidade das informações no Intranet e nos sistemas internos, bem como a revisão e atualização dos manuais de

Assinado digitalmente por: Marcus Vinícius Alves de Oliveira, JUIZ DE DIREITO; e outros, em 09/03/2026 às 18:19.
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

procedimentos das Escrivanias Cíveis e Criminais, com o objetivo de facilitar a rotina de trabalho dos Servidores.

27. **O representante Fabrício Duarte complementou a manifestação anterior e sugeriu que a Corregedoria estabeleça parceria com a EJUG, com o objetivo de centralizar, de forma permanente, manuais, orientações e conteúdos formativos em plataforma de acesso amplo e facilitado aos Servidores. Ressaltou que a iniciativa pode favorecer a uniformização de informações e ampliar a transparência, por meio de atuação conjunta entre a Administração, a Corregedoria e a Escola Judicial.**
28. **O Desembargador Leandro Crispim, acolheu a sugestão apresentada e indicou a abertura de procedimento administrativo para análise da demanda, após detalhamento das dificuldades relatadas. Parabenizou a equipe técnica responsável pelo sistema Projudi, destacou a atuação do Dr. Gustavo Assis Garcia, Dr. Gustavo Maciel e Dr. Domingos, pelo trabalho realizado na modernização do Sistema. Ressaltou que o Projudi passa por ampla reformulação, inclusive com alteração de nomenclatura, e que as reclamações sobre o Sistema reduziram de forma significativa após as melhorias implementadas. Registrou que, no período recente, a manifestação apresentada foi a primeira nesse sentido na Comarca de Itumbiara, destacando a possibilidade de fatores externos, como instabilidade de sinal, influenciarem a percepção do uso do Sistema.**
29. A Desembargadora Sandra Teodoro questionou o servidor Francisco sobre as palestras do dia anterior, relativas ao acesso e uso dos sistemas, e indagou se algum ponto permaneceu sem esclarecimento. Solicitou a indicação objetiva de eventuais falhas, para verificação e retorno ao Servidor, conforme diretriz da Presidência.
30. O servidor Francisco afirmou que as palestras foram claras e ressaltou a evolução do sistema Projudi. Apontou, porém, que as informações institucionais ainda se apresentam dispersas, o que dificulta o acesso rápido pelos Servidores, e reforçou a sugestão de centralização dos conteúdos em local único, de fácil visualização, ainda que já disponíveis no TJ-Docs.
31. O Dr. Gustavo Assis informou que foi identificada a dispersão das informações institucionais e esclareceu que o novo sistema eletrônico contará com espaço específico para organização e acesso aos conteúdos. Registrou que os informativos sobre alterações nos sistemas são encaminhados às Unidades e permanecem disponíveis no TJ-Docs, e que tais materiais passarão a constar de forma centralizada no novo sistema, com

Assinado digitalmente por: Marcus Vinícius Alves de Oliveira, JUIZ DE DIREITO; e outros, em 09/03/2026 às 18:19.
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

implantação modular e interface mais funcional.

32. A servidora Simone, da Comarca de Itumbiara, relatou que a equipe técnica conta apenas com uma psicóloga e uma assistente social, situação que se agravará com sua aposentadoria. Alertou que os depoimentos especiais absorvem parcela expressiva do tempo da equipe, sobretudo na área da Infância, e apontou a necessidade de ampliação do quadro. Destacou a importância da proximidade humana no ambiente de trabalho, a necessidade de maior presença institucional na Comarca e dificuldades relativas à acessibilidade, com menção à falta de resposta em pedidos administrativos antigos, inclusive sobre adicional de periculosidade. Ressaltou, por fim, o impacto da sobrecarga na saúde da equipe técnica.

33. A Dra. Vanessa Estrela informou que a insuficiência das equipes interprofissionais já foi identificada pela administração e recebe atenção contínua, com orientação aos Magistrados para priorização dos processos da Infância e Juventude nos depoimentos especiais, com uso do banco de peritos nos demais casos. Esclareceu que a ampliação das equipes envolve complexidade administrativa, mas destacou a capacitação, pela EJUG, de dois Servidores por Comarca para apoio aos depoimentos especiais, com grupo inicial já capacitado. Acrescentou a previsão de programa de residência nas áreas de pedagogia, psicologia e serviço social, instituído por decreto judicial, em fase de ajuste normativo conforme orientação do CNJ. Por fim, afirmou que a Diretoria Interprofissional permanece atuante e à disposição para tratar demandas

34. O Desembargador Marcus da Costa Ferreira apresentou considerações finais e informou a entrega de relatório sobre a situação das Serventias da região, com previsão de nova análise após quinze dias, para avaliação da evolução dos indicadores. Registrou a continuidade do programa de Encontros Regionais e reafirmou a abertura institucional para diálogo permanente, com tratamento sério das manifestações, em ambiente de paz e cooperação.

35. Na sequência, o Sr. Clécio solicitou que todos se levantassem para registro fotográfico do Encontro, encerrado às 10h09.

DELIBERAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

36. O Desembargador Marcus da Costa iniciou a Audiência Pública e registrou satisfação com o Encontro Regional da 4ª Região Judiciária, em Itumbiara, após três dias de atividades técnicas. Ressaltou a relevância da escuta da comunidade, de Magistrados, Servidores, representantes da sociedade civil e forças de segurança para a gestão do Poder Judiciário.

Assinado digitalmente por: Marcus Vinícius Alves de Oliveira, JUIZ DE DIREITO; e outros, em 09/03/2026 às 18:19.
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

Mencionou a atuação da Corregedoria do Foro Extrajudicial e do Desembargador Anderson, com destaque ao caráter inovador do trabalho.

37. O Desembargador Anderson Máximo registrou satisfação com o encerramento do Encontro Regional, destacou a Audiência Pública como espaço de escuta e diálogo e ressaltou o caráter social das ações do Poder Judiciário de Goiás. Mencionou iniciativas na região, como a política de Regularização Fundiária, o programa Registre-se, a previsão de casamento comunitário e tratativas voltadas a ações sociais de relevância pública. Enfatizou a atuação conjunta da Corregedoria, das serventias extrajudiciais e das entidades representativas, com foco na dignidade e no aprimoramento da atividade extrajudicial, e informou a existência de canal direto de comunicação com a Corregedoria por meios digitais.

38. O Desembargador Altair Guerra registrou satisfação com o retorno a Itumbiara, local marcante de sua trajetória profissional e familiar. Destacou a relevância dos Encontros Regionais, em especial da Audiência Pública, como espaço de diálogo aberto a críticas, sugestões e elogios, voltado ao aperfeiçoamento do Poder Judiciário. Recordou sua atuação como Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça e informou que o Encontro Regional em Itumbiara marcou sua despedida da Corregedoria, diante da importância atribuída ao programa. Ressaltou os resultados positivos do Judiciário em âmbito nacional, sem afastar a necessidade de constante evolução, e manifestou o desejo de retornar à comarca em futuras edições.

39. O Desembargador aposentado, Nicomedes Domingos, ressaltou o ambiente institucional da Comarca, marcado pela harmonia entre Magistrados, Advogados e Servidores. Enalteceu a qualidade e o compromisso dos Magistrados locais, recordou sua atuação à frente da Corregedoria-Geral da Justiça e o apoio prestado à Comarca, bem como elogiou o trabalho atual dos Corregedores e dos Servidores da Corregedoria. Ao final, manifestou satisfação pelo reencontro com colegas e reiterou votos de êxito às atuais gestões.

40. O Dr. Gustavo Assis, saudou a mesa, com menção aos Corregedores e ao Desembargador Nicomedes. Informou que o Presidente do Tribunal de Justiça esteve no evento no período da manhã e retornou a Goiânia para compromissos institucionais, e lhe delegou a permanência no local para ouvir manifestações e demandas afetas à Presidência, bem como para prestar esclarecimentos e realizar encaminhamentos. Ao final, se colocou à disposição.

41. O Dr. Guilherme Sarri ressaltou a relevância histórica da Comarca, ao afirmar que a

Assinado digitalmente por: Marcus Vinícius Alves de Oliveira, JUIZ DE DIREITO; e outros, em 09/03/2026 às 18:19.
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

atuação pretérita de Magistrados e Dirigentes deixou bases sólidas, com reflexos positivos até o presente. Assinalou que a Unidade conta com Magistrados comprometidos e relação harmônica com a OAB, o que favorece o diálogo institucional e a busca de soluções. Destacou que tal integração contribui para prestação jurisdicional célere e de qualidade, em benefício da população, e afirmou que o Foro de Itumbiara permanece aberto à sociedade e à advocacia.

42. O Dr. Clécio Marques conduziu a abertura da audiência pública, explicou o objetivo do encontro e organizou a forma de manifestação dos presentes, tanto presencialmente quanto online.

43. O Sr. Dione José de Araújo ressaltou a satisfação do município em receber o Encontro Regional e afirmou se tratar de motivo de honra para Itumbiara. Destacou a relevância da presença institucional do Poder Judiciário e reafirmou o compromisso da administração municipal com a cooperação entre os Poderes. Mencionou ações da gestão municipal nas áreas de educação, com escolas em tempo integral, e de Regularização Fundiária, com expressivo número de escrituras, além de apoio a ações sociais, como o programa Registre-se.

44. OO Dr. Cláudio Prata Santos destacou a participação do Ministério Público no Encontro e a importância da aproximação do Tribunal de Justiça com as Comarcas do interior. Ressaltou a relevância social da regularização fundiária e das ações de registro civil, por garantirem segurança jurídica e dignidade. Manifestou preocupação com a estrutura das Varas de Garantias e seus reflexos na celeridade processual, sugerindo acompanhamento permanente e eventual ampliação.

45. Em resposta à manifestação, o Desembargador Marcus esclareceu as limitações do Tribunal de Justiça em razão do regime de recuperação fiscal e das restrições orçamentárias. Informou que, por exigência do STF e do CNJ, houve a desinstalação das comarcas de Joviânia, Aurilândia e Araçu, além de adaptação de unidade em Anápolis, para viabilizar os juízos de garantias, com preservação dos prédios para futura reinstalação, conforme viabilidade financeira. Acrescentou que a transição para o PROPAG gera expectativa de melhora gradual, ainda sem cenário definido. Quanto à reforma do Fórum de Itumbiara, informou estimativa de custo em R$ 25 milhões, com viabilidade condicionada à disponibilidade futura, possivelmente entre 2026 e 2027. Por fim, reafirmou o compromisso com a criação da quinta turma recursal e destacou o empenho dos Magistrados frente as limitações atuais.

Assinado digitalmente por: Marcus Vinícius Alves de Oliveira, JUIZ DE DIREITO; e outros, em 09/03/2026 às 18:19.
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

46. Em complemento, o Desembargador Anderson Máximo ressaltou a relevância do programa Solo Seguro Favela, voltado à regularização fundiária, e do NUFAM, criado para unificar entendimentos e viabilizar o avanço dos processos de REURB no Estado de Goiás, por meio da atuação conjunta de Magistrados e Registradores. Destacou a importância da cooperação institucional e reafirmou o compromisso de tornar o programa Registre-se ação permanente nas grandes comarcas, com apoio da ARPEN, como instrumento de combate à invisibilidade social de pessoas sem registro civil.
47. O Dr. Rodrigo Alves se manifestou em nome da advocacia e do cidadão jurisdicionado, destacou os avanços do Judiciário Goiano quanto à celeridade e eficiência e ressaltou a atuação da Corregedoria do Foro Extrajudicial. Assinalou que a advocacia reconhece os desafios estruturais do Judiciário, mas enfatizou que o tempo do processo reflete diretamente na vida das pessoas, defendendo o uso de inovação e tecnologia.
48. O Desembargador Anderson Máximo informou ter examinado o relatório encaminhado por intermédio do Dr. Guilherme e se colocou à disposição para diálogo institucional. Esclareceu que situações de captação irregular de clientela em Serventias devem ser formalizadas junto à Corregedoria-Geral da Justiça ou ao Diretor do Foro, para adoção das medidas cabíveis, com referência à atuação do Tribunal de Ética da OAB. Registrou, ainda, a edição de provimentos no exercício de 2025, como reflexo do acompanhamento permanente da matéria.
49. O Desembargador Marcus da Costa esclareceu que não há rivalidade entre Magistrados e Advogados, com convergência de objetivos institucionais e relevância do diálogo permanente. Informou que o Tribunal realizou licitação para oito elevadores, com dois destinados ao Fórum de Itumbiara, e que houve atraso da empresa responsável, com substituição prevista após a entrega dos equipamentos. Comunicou a criação de vagas reservadas a pessoas com transtorno do espectro autista em todos os fóruns do Estado. Apresentou dados de produtividade da comarca de Itumbiara, com resultado superior às metas do CNJ, pois todas as varas finalizaram mais processos do que os distribuídos no período. Por fim, mencionou investimento no sistema AGAIA, com uso de inteligência artificial para maior celeridade em julgamentos baseados em precedentes.
50. O Dr. Marcus Vinícius tratou da questão relativa à extinção prematura de inventários e solicitou o encaminhamento dos números dos processos para análise específica. Ressaltou que atua, em conjunto com o Dr. Gustavo, no Centro de Inteligência, com cautela para evitar tratamento genérico ou presunção de fraude em demandas repetitivas,

Assinado digitalmente por: Marcus Vinícius Alves de Oliveira, JUIZ DE DIREITO; e outros, em 09/03/2026 às 18:19.
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

destacando a necessidade de avaliação individualizada dos casos.

51. O Dr. Breno destacou que a evolução tecnológica e as iniciativas do Tribunal ampliaram esse padrão de qualidade no âmbito estadual e registrou elogios aos Magistrados e, de forma especial, aos Servidores do Fórum de Itumbiara, pela presteza e agilidade no atendimento, reafirmando a relevância da cooperação institucional para a adequada prestação jurisdicional.
52. A servidora Simone, da Comarca de Itumbiara, dirigiu manifestação ao Prefeito Dione José de Araújo sobre temas relativos à Infância e à Adolescência. Destacou a importância da implantação do programa Família Acolhedora no município, como medida de caráter humanizado para proteção de crianças e adolescentes. Manifestou preocupação com jovens que completam 18 anos e deixam as unidades de acolhimento sem garantia mínima de moradia ou inserção social e questionou a possibilidade de acesso desse público a políticas habitacionais, como unidades residenciais ou auxílio por meio de aluguel social, para assegurar condições básicas de dignidade.
53. O Desembargador Marcus fez uma observação no sentido de que, embora o Prefeito tivesse liberdade para se manifestar, a audiência possuía foco nas atribuições do Poder Judiciário, não devendo assumir caráter de sabatina do Poder Executivo.
54. O Prefeito Dione José de Araújo esclareceu que o programa Família Acolhedora possui natureza estadual e enfrenta baixa adesão por parte das famílias, apesar da previsão de auxílio financeiro. Informou que o município mantém abrigo institucional e executa o projeto Vida Digna, voltado ao atendimento de pessoas em situação de rua, com acolhimento temporário e apoio para retorno ao convívio familiar. Quanto à política habitacional, comunicou a existência de cerca de mil unidades em distintas fases de licitação e construção, cuja destinação observa critérios técnicos e pontuação de vulnerabilidade definidos pelos órgãos de controle. Por fim, destacou o programa Qualifica Itumbiara, voltado à inserção de jovens no mercado de trabalho, registrando que, em alguns casos, há baixa procura pelas vagas ofertadas por empresas locais.
55. O Desembargador Anderson Máximo agradeceu a expressiva presença de Magistrados no Encontro, destacou se tratar da maior participação verificada nos eventos regionais e parabenizou os colegas pela atuação comprometida. Reiterou agradecimentos ao Prefeito pelo êxito do programa Registre-se, à OAB pelo acompanhamento constante da atividade extrajudicial e a todos os participantes. Por fim, ressaltou que a Corregedoria do Foro Extrajudicial permanece aberta ao diálogo e à cooperação institucional, com vistas à

Assinado digitalmente por: Marcus Vinícius Alves de Oliveira, JUIZ DE DIREITO; e outros, em 09/03/2026 às 18:19.
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

construção de um Judiciário forte, justo e integrado entre Tribunal, Delegatários e Usuários.

56. O Desembargador Marcus proferiu as palavras finais, expressou satisfação pela conclusão do Encontro Regional da 4ª Região Judiciária e agradeceu a acolhida recebida em Itumbiara. Destacou a excelência do Tribunal de Justiça, a atribuindo à qualidade humana e profissional de seus integrantes, guiados pelo propósito comum de promover justiça e bem-estar social. Ressaltou o ambiente positivo da Comarca e elogiou Magistrados, Servidores e demais participantes. Na sequência, declarou encerrado o Encontro Regional da 4ª Região Judiciária, às 15h11 com um registro fotográfico.

ASSINATURAS

Desembargador Marcus da Costa Ferreira
Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Anderson Máximo de Holanda
Corregedor do Foro Extrajudicial

Dra. Vanessa Estrela Gertrudes
1ª Juíza Auxiliar da Corregedoria

Dr. Marcus Vinícius Alves de Oliveira
2º Juiz Auxiliar da Corregedoria

Dra. Soraya Fagury Brito
3ª Juíza Auxilar da Corregedoria

Dr. Társio Ricardo de Oliveira
4° Juiz Auxiliar da Corregedoria
Rafael Carvalho Curado
Secretário-Geral da CGJ

Clécio Silva Marquez
Diretor da Diretoria de Planejamentos e Programas da CGJ

Kenedy Augusto Batista Pereira Mendes
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

Assinado digitalmente por: Marcus Vinícius Alves de Oliveira, JUIZ DE DIREITO; e outros, em 09/03/2026 às 18:19.
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Para validar este documento informe o código 12222734 no endereço https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento

Nº Processo PROAD: 202603000723638 (Evento nº 12)

Marcus Vinícius Alves de Oliveira
JUIZ DE DIREITO
2º JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Assinatura CONFIRMADA em 09/03/2026 às 18:19

MARCUS DA COSTA FERREIRA
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA
Assinatura CONFIRMADA em 09/03/2026 às 11:51

ANDERSON MÁXIMO DE HOLANDA
CORREGEDOR DO FORO EXTRAJUDICIAL
CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL
Assinatura CONFIRMADA em 09/03/2026 às 19:02

Vanessa Estrela Gertrudes
JUIZ DE DIREITO
1ª JUÍZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Assinatura CONFIRMADA em 10/03/2026 às 08:56

SORAYA FAGURY BRITO
JUIZ DE DIREITO
3ª JUÍZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Assinatura CONFIRMADA em 09/03/2026 às 13:07

Tarsio Ricardo de Oliveira Freitas
JUIZ DE DIREITO
4º JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Assinatura CONFIRMADA em 10/03/2026 às 22:24

RAFAEL CARVALHO CURADO
SECRETÁRIO-GERAL DA CORREGEDORIA
SECRETARIA-GERAL DA CORREGEDORIA
Assinatura CONFIRMADA em 09/03/2026 às 12:12

CLECIO SILVA MARQUEZ
DIRETOR(A) DE ÁREA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAS DA CGJ
Assinatura CONFIRMADA em 10/03/2026 às 17:40

KENEDY AUGUSTO BATISTA PEREIRA MENDES
ESCREVENTE JUDICIÁRIO II
SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO DA CGJ
Assinatura CONFIRMADA em 09/03/2026 às 12:16